

Plano de texto, construção de sentidos e violência verbal em uma crônica anunciada: Brasília, 8 de janeiro de 2023

Text plan, construction of senses and verbal violence in an announced chronicle: Brasília, January 8, 2023

Sueli Cristina Marquesi¹
Ananias Agostinho da Silva²

Resumo: Inscrito na área de Linguística Textual, com interface em estudos sobre a violência verbal, o trabalho aqui apresentado tem o objetivo de analisar o plano de texto de um discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro em nível macro, meso e microtextual, com a intenção de discutir a progressão temática do discurso ameaçador e de observar como marcas linguístico-textuais-discursivas revelam a construção de um discurso de ódio que gestou e insuflou a violência física e antidemocrática de 8 de janeiro de 2023. Ao final, defendemos que, como em uma crônica anunciada, o estado de convulsão anunciado textualmente no discurso analisado, por meio de atos ilocucionários ameaçadores inscritos nas escolhas referenciais operadas por Bolsonaro, teve implicações nos ataques terroristas ocorridos em Brasília.

Palavras-chave: plano de texto; violência verbal; construção de sentidos; Bolsonaro.

Abstract: Incribed in the area of Textual Linguistics, with an interface in studies on verbal violence, the work presented here aims to analyze the text plan of a speech by former president Jair Bolsonaro at a macro, meso and microtextual level, with the intention of to discuss the thematic progression of threatening speech and to observe how linguistic-textual-discursive marks reveal the construction of a hate speech that managed and instilled the physical and anti-democratic violence of January 8, 2023. In the end, we argue that, as in a chronicle announced, the state of convulsion textually announced in the analyzed discourse, through threatening illocutionary acts inscribed in the referential choices operated by Bolsonaro, had implications for the terrorist attacks that occurred in Brasília.

Keywords: text plan; verbal violence; construction of senses; Bolsonaro.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: suelimarquesi.sm@gmail.com.

² Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Centro Multidisciplinar de Caraúbas, Departamento de Linguagens e Ciências Humanas, Caraúbas, RN, Brasil. Endereço eletrônico: ananias.silva@ufersa.edu.br.

Introdução

A produção de discursos marcados pela violência verbal tem sido pulverizada nos mais diversos setores das sociedades democráticas contemporâneas. Encobertos na polêmica sobre o princípio fundamental da liberdade de expressão, muitos sentem-se como que autorizados a proferir discursos violentos para agredir o outro e alcançar certos propósitos comunicativos. Interações assim não se limitam às relações interpessoais, mas acontecem também em contextos de comunicação institucional e midiática (Seara, 2020). Quando envolvem personalidades públicas, cuja posição social exerce influência em relação às demais pessoas de uma sociedade, como um chefe político, o apelo a uma linguagem violenta pode conduzir os cidadãos de seu país a enfrentamentos hostis que enfraquecem a democracia. Nesse caso, ao invés de conclamar para o consenso e visar ao bem da sociedade, o discurso político, caracterizado pela violência verbal, faz incitação ao dissenso e a diversos tipos de violência.

Na verdade, assumimos aqui que o emprego de discursos violentos está na gênese de toda forma de violência, como se fosse um estágio embrionário de seu desenvolvimento. Esse pressuposto foi observado por Auger e Moïse (2004) ao estudarem a violência verbal numa perspectiva de contínuo, cuja origem se encontra nos implícitos do discurso e desemboca na violência física. Com efeito, é possível dizer que os crimes de ódio e de violência parecem ser sempre precedidos de um discurso que incita à disseminação do ódio e de atitudes violentas. E quando é proferido por um locutor que detém um *ethos* de autoridade, sua potência é ainda mais latente – sobretudo pela força retórica que apresenta, decorrente do prestígio social de que goza.

A história ocidental foi palco de inúmeros episódios nos quais líderes engajam seus seguidores através de um discurso que apela para a violência verbal. Neste trabalho, tratamos em particular do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. O governo de Bolsonaro foi marcado por inúmeras polêmicas e acontecimentos difíceis, como a pandemia de *Covid-19*. Os posicionamentos que assumiu foram sempre motivos de controvérsias, porque tendiam para o extremismo radical (de direita) que cindia a população e colocava à deriva os grupos mais marginalizados. Os discursos do ex-presidente eram enérgicos e repletos de marcas de violência verbal e de incitação à violência, especialmente contra os partidos políticos de esquerda, a imprensa, percebida como antagonista ao seu governo, e as minorias em geral.

Esta reflexão nos levou à hipótese de que os crimes de ódio e de violência praticados durante os ataques terroristas ocorridos na capital do Brasil, no dia 08 de janeiro de 2023, contra as casas dos três poderes da República brasileira foram precedidos de um discurso que incitava o ódio e atitudes violentas, na própria voz de Bolsonaro. Antes das eleições de 2022, Bolsonaro assumiu uma postura que insinuava não aceitar o resultado das eleições, caso perdesse para seu

principal opositor à época, o ex-presidente Lula. Em várias ocasiões, questionou a legitimidade do sistema eleitoral brasileiro, que adota urnas eletrônicas, e sugeriu que não reconheceria a legalidade do pleito de 2022 se não fosse o vencedor. Esse posicionamento incitou milhares de brasileiros a duvidarem da validade do sistema eleitoral do país e a não reconhecerem a possível vitória de Lula, a ponto de orquestrarem um golpe de estado, caso isso ocorresse.

Frente a esse contexto, a pergunta central que nos colocamos foi: como Bolsonaro deu argumentos para esta construção de sentidos feita por tantos brasileiros? Na tentativa de respondê-la, voltamos nosso olhar para o conjunto de discursos proferidos pelo ex-presidente antes das eleições de 2022. Ao levantarmos várias manifestações em redes sociais, encontramos aquela que nos permitiu a análise de um plano de texto marcado pelo discurso da ameaça constituinte de uma violência verbal em relação à democracia do Brasil. Trata-se do discurso proferido pelo então presidente no dia 01 de julho de 2021, sobre a polêmica do voto auditável, selecionado aqui para análise. Para tanto, consideramos que a análise textual desse discurso, a partir de uma metodologia descendente que leva em conta os vários níveis de organização do texto, poderá despontar reflexões à questão central colocada e permitirá depreender o modo como o fenômeno sociodiscursivo da violência verbal se inscreve na textualidade para cumprir funções argumentativas. Vislumbrando esse alcance, propomos alguns objetivos:

- a) analisar o plano de texto do referido discurso de Bolsonaro em seus níveis macro, meso e microtextual (Adam, 2022);
- b) discutir, com base nos níveis macro e mesotextuais, como se dá a progressão temática do discurso ameaçador de Bolsonaro, nas partes que o compõem, assim como o imbricamento de sequências textuais responsáveis pela dimensão argumentativa do texto;
- c) observar, com base no nível microtextual, como as marcas linguístico-textuais-discursivas são axiologicamente reveladoras do discurso de ódio que gestou e insuflou a violência física e antidemocrática de 8 de janeiro de 2023.

Para cumprir com esses objetivos, mobilizamos dois quadros teóricos em interface: os estudos do texto e os estudos sobre violência verbal. Relativo aos estudos do texto, situamo-nos no âmbito da Linguística Textual para tratar de noções como plano de texto e sequências textuais, a partir dos trabalhos de Adam (2011, 2019, 2021, 2022). Sobre violência verbal, recuperamos a abordagem contextual praticada por autores como Auger e Moïse (2004), Moïse (2012) e Fracchiolla *et al.* (2013). Nossa reflexão começa com a retomada de algumas noções teóricas basilares para o estabelecimento do plano de texto do pronunciamento de Bolsonaro, objeto deste estudo, para, em seguida, encaminharmos o protocolo de análise sugerido pelos objetivos específicos adotados e, ao final, trazermos as discussões dos dados.

O plano de texto e os níveis de análise

A noção de plano de texto é colocada por Jean-Michel Adam no quadro da Linguística Textual. O linguista desenvolveu uma vasta produção a respeito dessa noção (Adam, 2011, 2021, 2022), que, ao lado de fecundos desenvolvimentos realizados por autores brasileiros (Marquesi, 2017, 2018, 2022; Marquesi; Elias; Cabral, 2017; Marquesi; Cabral; Rodrigues, 2022; Rodrigues; Marquesi, 2021; Rodrigues, 2022), tem alçado o plano de texto a lugar de destaque nas pesquisas contemporâneas em Linguística Textual. Para Marquesi (2022), esse papel central que o plano de texto ocupa hoje nos estudos do texto se justifica em razão dos critérios teórico-analíticos a ele relacionados, que permitem tanto a definição de categorias de análise quanto a proposição de estratégias delas advindas para atuação de interlocutores nos mais variados espaços de interação.

Primeiramente, Adam (2011) definiu o plano de texto como o principal fator unificador da estrutura composicional de um texto, sendo basilar à construção macrotextual dos sentidos. É o plano de texto que estabelece a organização global do texto prescrita por um gênero, porque reflete a forma como as informações são dispostas nesse texto, considerando as intenções de quem escreve. Aqui, a noção de plano de texto se aproxima da de estrutura composicional do gênero, porque se refere à disposição das informações que constituem o texto na textura. O próprio Adam (2011, p. 258) explica que “os planos de textos estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais e permitem construir e reconstruir a organização global de um texto, prescrita por um gênero”. Assim, tanto o plano de texto como o gênero fazem parte dos conhecimentos prévios do produtor e do leitor e são por eles acionados quando da produção e da leitura de um texto.

Todavia, não se trata de confundir plano de texto com gênero do discurso, nem com sua superestrutura textual. A esse respeito, Coutinho (2003) observa que: enquanto a superestrutura do gênero se refere a um construto cultural, reconhecível pelos usuários da língua, precisamente porque é recorrente, o plano de texto se refere a um produto resultante de uma construção pontual, nunca repetível, porque trata sempre de um novo texto. Marquesi *et al.* (2019) explicam que a composição do gênero é a estrutura aprendida, pela qual se mantém a convencionalidade histórico-cultural; o plano é estrutura criada, que não dispensa a convencionalidade aprendida, mas se constitui como variante a ela. É, pois, o caráter pontual do plano de texto, decorrente da singularidade do próprio texto enquanto evento único e irrepetível, que imprime essa diferença, de maneira que textos de um mesmo gênero podem apresentar variabilidade de planos de texto.

É nessa direção que, para Adam (2011, p. 378), mesmo constrangido pelo gênero, “o plano de texto é inventado e descoberto durante o evento” de produção e de recepção do texto.

Por isso, se revela como sendo uma composição singular, criativa, porque deriva das intenções do produtor do texto, do seu propósito comunicativo, e propicia, ao mesmo tempo, diferentes possibilidades de construções de sentido por parte dos leitores ou ouvintes (Marquesi; Cabral; Rodrigues, 2022). Nesse sentido, o plano de texto também é responsável pela orientação argumentativa do texto (Cabral, 2013), visto que reflete os objetivos que o produtor deseja alcançar com a sua produção. O modo como administra a composição das informações no texto e todo o conjunto de escolhas linguísticas e semióticas que o produtor arranja, além de sinalizarem para o modo de organização do texto, determinam, em alguma medida, a orientação argumentativa do texto. Assumir essa posição, para Marquesi, Elias e Cabral (2017), significa considerar que a argumentatividade não se inscreve apenas no uso da língua, mas também no modo como esse uso se configura em práticas textuais e comunicativas.

Sendo atinente à estrutura de organização do texto, o conceito de plano de texto se relaciona com o de sequência textual, também desenvolvido por Adam (2011). Conforme Marquesi, Elias e Cabral (2017), para o linguista, a sequência é uma unidade textual complexa, composta de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados, designadas como macroproposições – uma espécie de período cuja propriedade principal é ser uma unidade ligada a outras macroproposições e que exerce funções precisas dentro do todo ordenado da sequência que constitui – que podem ser de cinco tipos: descritivas, narrativas, explicativas, argumentativas e dialogais. O plano de texto resulta do entrelaçamento desses diferentes tipos de sequências textuais na tessitura textual. Nesse sentido, “desvelar o plano de texto é mapear as sequências textuais que o estruturam, é detectar o(s) valor(es) semântico(s) que delas decorre(m), é interpretar a função, por exemplo, de uma sequência narrativa em determinada cena enunciativa, que poderá funcionar como argumento” (Rodrigues, 2022, p. 127).

Em estudos recentes, Adam (2021; 2022) tem buscado ampliar o escopo da noção de plano de texto. Para Rodrigues e Marquesi (2021), essa abordagem mais ampliada permite compreender o plano de texto como categoria de análise relacionada à composição macrotextual do sentido que possibilita a apreensão detalhada da estrutura organizacional do texto. Supõe uma relação imprescindível entre a superfície linguística do texto, sua forma nas possibilidades de organização que o produtor arranhou conforme o propósito comunicativo e a disposição dos sistemas de língua e gênero, e a dimensão semântica. A propósito, Adam (2021, p. 232) assevera que todo texto é resultante de “uma combinação da linearidade e por dois modos não lineares de construção de sentido: a percepção de um todo de sentido que faz a unidade texto (estruturação configuracional) e a percepção de redes de vocábulos recorrentes e concorrentes

(estruturação reticular)”. Em outras palavras, o reconhecimento de um plano de texto e de todo o conjunto de elementos linguístico-textuais responsáveis pela dimensão semântica do texto.

Numa hierarquia da estruturação macrotextual dos sentidos do texto, o plano de texto é a mais alta categoria a que o produtor e o interlocutor podem recorrer na produção e interpretação de um texto. Adam (2021, 2022) propõe a análise do plano de texto em três níveis:

- a) O macrotextual, “constituído por fronteiras peritextuais e subdivisões do texto em parágrafos, capítulos, seções ou partes, que conferem o sentimento de uma unidade textual constituída de subunidades significantes, de extensão e natureza semiológica variáveis” (Adam, 2021, p. 04).
- b) O mesotextual, [que] “compreende, com efeito, duas unidades cuja combinação é muito flexível: os segmentos no plano do corte gráfico e no plano semântico, os agrupamentos de sequências de proposições em macroproposições” (Adam, 2019, p. 94).
- c) O microtextual, [que se] refere às articulações das cláusulas constitutivas dos períodos do texto, que podem ser de ordem lexical, morfológica, sintática, semântica ou de pontuação, assim como às relações de conexão e de coesão intertransfrásticas (Adam, 2022).

Como se percebe, o plano de texto é uma categoria de análise textual que possibilita o entendimento minudenciado do todo particular de organização do texto a partir da exploração de diferentes níveis de análise. Esses três níveis citados são intercambiáveis, numa espécie de relação de interdependência. Rodrigues (2022) observou que o mesonível se encontra inserido no macronível e o micronível, ao organizar as relações de conexão da textualidade, está, por sua vez, inserido no mesonível. De fato, como o macronível se refere às subdivisões de um texto, ele depende e se constitui também do mesonível, do modo como as sequências do texto estão organizadas e se imbricam. E o mesonível depende do micronível, já que as relações de conectividade de que trata têm implicações diretas na maneira como as sequências se imbricam. Essa articulação decorre da unidade do próprio texto enquanto acontecimento enunciativo não reiterável e do caráter particular que apresenta cada plano de texto arranjado por seu locutor.

Apesar de configurados em uma estrutura do tipo hierárquica, metodologicamente, a relação entre esses níveis não segue uma ordem ascendente, porque, em uma análise textual, não se avança somente do micronível ao mesonível para, em seguida, alcançar o macronível. De igual modo, não supõe somente o emprego de uma metodologia descendente de análise textual. Na prática, esses três níveis de estruturação dos enunciados constituem uma textura complexa (Adam, 2022) daquilo que Beaugrande (1984) nomeou de sistema-texto: os seus subníveis exercem funções específicas, porém estão em constante integração, seguindo como que dois movimentos complementares de relações do tipo *top-down* e *bottom-up* (Adam, 2022), a partir de operações de descontinuidade e de continuidade (Adam, 2011). Assim, convém

esclarecer que o exame do plano de texto por um analista não se encontra necessariamente condicionado a esse modelo de organização hierárquica, ou seja, é possível sim focalizar apenas um ou outro, ou até dois desses níveis de análise, o que dependerá dos objetivos atinentes a cada investigação e do recorte metodológico estabelecido pelo próprio analista.

No estudo em tela, como mencionado na seção de introdução, analisamos o plano de texto do discurso do ex-presidente Bolsonaro em seus níveis macro, meso e microtextual a fim de observar como algumas estratégias linguístico-textuais permitem colocar em texto a violência verbal. Nossa análise considera os constrangimentos de aspectos contextuais variados (situação imediata de produção, gênero, locutor, interlocutor, lugar de circulação) e, sobretudo, leva em conta que todas as escolhas linguísticas e textuais perpetradas pelo locutor para conferir ao seu texto determinada configuração são como que condicionadas por seu propósito persuasivo, isto é, por sua intenção de alcançar e de impactar de alguma maneira o interlocutor. Antes, entretanto, na seção seguinte, tratamos de compreender o fenômeno da violência verbal.

A violência verbal

A violência verbal integra a agenda de pesquisa de várias áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Antropologia, o Direito e diversas disciplinas das Ciências da Linguagem. O crescente número de estudos relacionados ao tema se encontra diretamente relacionado ao expressivo aumento da produção de discursos violentos em interações públicas em contextos de comunicação interpessoal, institucional e midiática (Seara, 2020). Por se tratar de um tipo específico de violência, resulta de contingências sócio-históricas (Chauí, 2018), porque toda violência sempre é historicamente contextualizada. Para a filósofa, a violência deve ser vista como o “conjunto de práticas simbólicas e políticas de tomada do outro como não dotado de direitos e deveres” (p. 36). Ela ocorre quando certas práticas transgridem, sem autorização ou legitimidade, limites individuais da pessoa, do grupo social ou sistema cultural (Moïse, 2012).

Nesse ponto, realçamos o caráter contextualmente situado da violência e as implicações nos comportamentos humanos, sobretudo na linguagem, já que, em toda forma de violência, há sempre um vínculo direto com a linguagem, seja como instrumento do ato violento (violência psicológica) ou simultaneamente à agressão física. Com efeito, pensamos a violência verbal como um substrato pujante que está na gênese de outras formas de violência, como um estágio embrionário de seu desenvolvimento, mas, por outro lado, constituindo ela própria uma forma de violência à dignidade de outrem. É assim que Auger e Moïse (2004) procuram descrever a estrutura organizacional da violência verbal, na perspectiva de um contínuo, cuja origem se encontra nos implícitos do discurso e desemboca na violência física.

Moïse (2012) considera a emergência da violência verbal como sendo indissociável dos elementos contextuais, que são *condutores da violência verbal*. Para a autora, a violência verbal é inerente ao conflito e emerge do aumento da tensão entre dois pontos de vista conflitantes numa estrutura interacional. Porém, os gatilhos que ativam a violência verbal decorrem dos contextos onde ocorrem as interações. Assim, é o contexto macrosocial que pode levar a uma forte tensão e engatilhar a linguagem violenta. São os constrangimentos de cada quadro interacional que determinam aquilo que pode gerar um aumento de tensão – se se trata de um ato ameaçador de fala, uma provocação, uma ameaça, um insulto etc. Cada sujeito da interação poderá reagir de modo diferente a uma palavra dita e que sentiu como violenta, a um gesto, um efeito prosódico que entendeu como abusivo, o que pode gerar uma tensão ainda mais violenta.

A primeira etapa de violência verbal, no modelo de Auger e Moïse (2004), é fortemente relacionada ao contexto: *violência potencial*. Segundo as autoras, há contextos mais propícios a interações mais violentas e há contextos pouco propícios ao emprego de uma linguagem violenta. Imaginamos que as interações ocorridas numa prisão tendem a ser mais violentas do que aquelas que ocorrem em uma casa religiosa – ainda que não se trate de uma regra. De igual modo, há pessoas de quem se espera um comportamento mais agressivo, em função do caráter de sua própria personalidade ou de estereótipos associados à sua profissão, condição social etc. Essas imagens relativas ao contexto e às pessoas são construídas através de representações sociais oriundas da *doxa*, dos valores sociais e individuais, e a todo tempo reforçadas pela mídia. É nesse sentido de previsibilidade das estruturas sociais que se fala de uma violência potencial.

A segunda etapa, a *violência embrionária*, se refere ao início da violência verbal. As autoras explicam que certos dados semióticos podem ser identificadores do início da violência verbal: aspectos prosódicos, repetição da mesma sequência numa conversação, mudanças de registros linguísticos, expressões faciais, postura do corpo, emoções dos interlocutores, certas facetas do contrato comunicativo, dos papéis sociais ocupados por eles e até da hierarquia de suas posições. Acrescentamos a esses dados o uso explícito de palavras violentas ou insultantes, empregadas com a finalidade de estigmatizar uma pessoa. E mais: como lembra Charaudeau (2019), o insulto verbal não é feito somente com palavras grosseiras, mas também palavras aparentemente neutras do ponto de vista de sua valência podem ser empregadas em contextos insultuosos ou humilhantes. Até mesmo a ruptura com um ritual de conversa interpessoal (negar uma saudação) ou com regimes de civilidade (usar o celular durante conversa) pode ser gatilho para acionar uma interação marcada pela violência verbal.

Então, tendo início a violência verbal por um locutor, seu interlocutor poderá reagir de diferentes jeitos, resolvendo o conflito ou sobrepondo a tensão entre ambos. No primeiro caso,

o conflito pode ser solucionado a partir de uma negociação formal estabelecida entre os interlocutores ou pela fuga do embate, ou seja, pela mudança de tópico discursivo ou retirada física de um deles. A tensão pode ser intensificada caso o interlocutor responda ao insulto sob a forma de outro insulto ou de ameaça a partir de enunciados injuntivos. Aqui, a violência verbal torna-se *crystalizada*, porque começam a se alternar as agressões entre os interlocutores em *loops* interativos dificilmente finalizados de forma pacífica. A partir disso, os interlocutores podem apelar a um último recurso, a *violência física*, quase sempre anunciada pragmaticamente ou pelo menos gestualmente, levando a tensão ao maior de seus extremos. O circuito dessa dinâmica interativa da violência verbal pode ser visualizado pela figura 01:

Figura 01- Circuito da violência verbal



Fonte: Elaboração dos autores.

Moïse (2012) e Fracchiolla *et al.* (2013) reivindicam que a violência verbal pode ser intencional, quando o interactante, deliberadamente, procura insultar, intimidar, humilhar, difamar, ameaçar, desonrar, agredir ou coagir outrem, ou não intencional, quando não há pretensão, pela enunciação, de atingir o interlocutor, mas este, mesmo assim, se sente afetado – como acontece nos casos de mal-entendidos. A violência verbal intencional pode ser de três tipos distintos (Moïse, 2012; Fracchiolla *et al.*, 2013):

- fulgurante, caracterizada pelo aumento da tensão contextualizada e assinalada através de gatilhos de conflitos, marcadores discursivos de ruptura (termos endurecedores, palavras grosseiras, efeitos sintáticos e prosódicos) e atos depreciativos diretos de linguagem (como assédio, desprezo, provocação, negação, humilhação, insulto etc.) voltados para a dominação;
- polêmica, baseada em atos de linguagem indiretos e implícitos, mas argumentativamente sustentados por figuras retóricas, visadas polêmicas e com forte teor persuasivo (ironia, refutação, argumentos *ad hominem* etc.);
- indireta, constatada em interações colaborativas consensuais, mas fingidas ou ambíguas (elogio, bajulação, hiperpolidez), cujo valor ilocucionário pretende o assédio e a manipulação.

A distinção entre os tipos de violência verbal apresentados não é hermética, já que eles podem se alimentar mutuamente via usos pragmáticos (in)diretos de atos ameaçadores e/ou violentos (Moïse, 2012). Nesses casos, o locutor tem a intenção deliberada de produzir um ato

de linguagem violento dirigido a outrem, ainda que não tenha necessariamente controle sobre seu grau de afetamento, já que a reação do interlocutor não é sempre previsível, porque a relação entre a produção e a recepção do discurso não é simétrica. Quando a violência verbal acontece através de atos indiretos, como a ironia, mesmo travestida, ainda assim é intencional, quer dizer, empregando estratégias retórico-estilísticas, o locutor busca agredir seu interlocutor de maneira dissimulada, provocando nele maior ou menor grau de impacto psicossocial.

Além dos tipos de violência intencional mencionados, Moïse (2012) e Fracchiolla *et al.* (2013) dizem que a violência verbal pode ser não intencional, quando não é pretendida como violenta pelo interactante, mas é assim interpretada pelo interlocutor. Esse tipo de violência se realiza de duas formas: mal-entendidos não marcados linguisticamente por palavras violentas, mas assim identificados na situação de interação pelo interlocutor – diferentemente da violência desviada, aqui não há intenção do interactante em atingir o interlocutor; e reações patogênicas autodesencadeadas que constituem a violência verbal extrema. Portanto, assim se caracteriza a dinâmica interativa da violência verbal, sobretudo, em situações comunicativas face a face.

Corpus de análise: destaques da análise macrotextual – o plano de texto

O *corpus* de análise deste trabalho é constituído de um discurso proferido pelo ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, no dia 01 de julho de 2021, a respeito do voto auditável. Esse discurso foi publicado nas redes sociais oficiais do ex-presidente – *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, simultaneamente, resultante de uma *live*, interação síncrona. Durante seu governo, Bolsonaro elegeu essas redes para proferir pronunciamentos oficiais em alternativa à imprensa tradicional. Para este trabalho, coletamos a versão publicada no canal do *YouTube* do ex-presidente³. Foi realizada a transcrição para que pudéssemos discutir e analisar o plano de texto do vídeo em seu macronível e proceder às análises do meso e do micronível. Na reprodução seguinte, podemos observar que o texto, quanto a sua macroestrutura, se apresenta organizado em três partes: abertura (1), desenvolvimento (2) e encerramento (3).

(1) [a] “Decisão do Supremo: STF manda investigar organização criminosa de *Fake News*”. **[b]** Foi o ministro Alexandre de Moraes. Ele arquivou o processo que tinha a ver comigo. Obrigado, Alexandre. Te devo muito! Eu não sei como te agradecer, Alexandre de Moraes. Tô comovido aqui! E abriu novos procedimentos contra duas deputadas, né isso? Aline e Paula Delmontes. **[c]** É uma covardia o que estão fazendo, Alexandre de Moraes, é uma covardia. Será que é um troco porque eu falei sobre voto auditável hoje de manhã? **[d]** Não te citei, mas são três ministros do Supremo que não querem votos auditáveis. **[e]** Estão procurando parlamentares e lideranças para que eles determinem, né, orientem os seus liderados a votar contra o voto auditável.
(2) [f] Eu quero deixar uma coisa muito bem clara: eu aprendi desde cedo, todo mundo aqui, a gente ouvia falar que democracia não tem preço. **[g]** Já falei com a economia. Temos dois bilhões, seria isso, acho que um pouco menos, para comprar impressoras para o ano que vem. **[h]** Então, três ministros do supremo, já declarados, não querem o voto impresso. Diz que isso é confiável. E diz que não tenho provas, de fraude.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBFdmgFByFM>. Acesso em: 3 abr. 2023.

Vocês também não têm provas que não tem fraude. Vocês não têm prova que é confiável. No mínimo empatou. [i] E eu estou querendo transparência, transparência. Nada mais além disso. [j] E eu estou avisando com antecedência, aos senhores três ministros do Supremo Tribunal Federal, tá? Tão trabalhando contra. [k] Vamos supor que eu ganhe a eleição na próxima. [l] Vocês desculpem a maneira de nós fazermos a contagem aberta dos votos e apresentar, na prática, para o povo brasileiro, que não terá fraude. Caso contrário, teremos problema nas eleições do ano que vem. Eu entrego a faixa presidencial para qualquer um que ganhar de mim na urna de forma limpa. Na fraude, não. [m] Então, para o Brasil agora: Tiraram o Lula da cadeia. Os crimes dele são inacreditáveis. Os delatores, foram mais de seis bilhões que devolveram. A delação premiada, então o dinheiro foi roubado. A PETROBRAS, pagamos hoje em dia mais de vinte bilhões por ano de roubos do passado. A Caixa Econômica era uma roubalheira só. Até que 50 milhões está num apartamento isolado lá na Bahia, pelo que tudo indica, veio da Caixa Econômica Federal. Tivemos roubalheira nos Correios. Compraram papéis da Venezuela. Imagine eu ter um fundo de pensão e investir em papéis da Venezuela. Tá na cara que é para roubalheira. [n] Então, tiraram o ladrão da cadeia. Tornaram o ladrão elegível, no meu entender, para ser presidente, sim, mas na fraude. [o] Porque no voto ele não ganha, não ganha de ninguém, [p] então não vou admitir um sistema fraudável de eleições. [q] E eu não quero problemas. E nem dezenas de milhões de brasileiros que vão às urnas ano que vem.

(3) [r] Eu estou apresentando via o congresso Nacional, que é nosso, nosso aliado, uma maneira de não termos como desconfiar do resultado final das eleições. [s] Então, não podemos enfrentar as eleições do ano que vem com essas urnas que estão aí. Que não é aceita em país nenhum do mundo. [t] Dá para entender? O japonês não aceita. O sul-coreano não. [u] Querem impor de goela abaixo para fazer voltar aquela quadrilha toda que nos comandou, teve a frente da presidência até 2016. [v] Isso não é ameaça não, é constatação. [w] Vamos para o voto auditável. Esse voto 'mandrake' aí não vai dar certo. [y] Vamos ter convulsão no Brasil. Nós vamos ter um problema seríssimo no Brasil. [z] Eu estou fazendo de tudo, avisando com antecedência, para evitar isso aí. O povo não vai admitir isso daí.

Na primeira parte, a abertura do vídeo ocorre com a leitura do título de uma notícia de jornal que refere à decisão do Supremo Tribunal Federal de arquivar, a pedido da Procuradoria Geral da República, inquérito que trata sobre atos antidemocráticos ocorridos em 19 de abril de 2020, em Brasília, com a participação do então presidente Jair Bolsonaro. O ministro Alexandre de Moraes decidiu pelo arquivamento do inquérito, mas determinou a investigação de suposta organização criminosa responsável por atacar sistematicamente a democracia e as instituições do legislativo e do judiciário brasileiro. É sobre esse tópico que se desenvolve todo o parágrafo de abertura do texto do vídeo. Após a leitura do título da notícia, Bolsonaro faz insinuações irônicas contra Alexandre de Moraes e recategoriza sua decisão como *covardia e troco*. Assim, introduz o tema tratado, o voto auditável, e sugere o tom agressivo e ameaçador do discurso. Além disso, instaura o ministro como interlocutor imediato, mas de modo desviado, já que o discurso é dirigido especialmente para seus seguidores, que o acompanham nas redes sociais.

A segunda parte do plano de texto do vídeo, o desenvolvimento, caracteriza-se pela apresentação de um conjunto de argumentos favoráveis à tese do voto auditável, sustentada por Bolsonaro, bem como de alegações de possíveis fraudes no sistema de urnas eletrônicas. Nessa direção, ele assegura a disponibilidade de recursos para a compra de impressoras, em caso de aprovação da proposta do voto impresso, como que respondendo antecipadamente a alegações de que isso causaria custos ao país. Aqui, argumenta, pela hierarquia, que a manutenção da democracia no Brasil estaria acima de qualquer valor, ou seja, que todo recurso destinado para

assegurar a eficácia do regime democrático no país seria justificável. Logo após, apela para um argumento por comparação a fim de justificar que não há razões para se dar credibilidade ao voto eletrônico, mesmo quando lhe acusam da ausência de provas disto, uma vez que também não há provas de que as urnas eletrônicas são confiáveis. Frente a isso, defende a transparência no sistema eleitoral do Brasil, crível apenas se os votos fossem auditáveis, numa contagem aberta.

Ao fazer essa incursão, Jair Bolsonaro intensifica o tom ameaçador de seu discurso, a partir do emprego de atos de fala dotados de força ilocucionária que parecem adiantar ao interlocutor o que poderia acontecer no caso de ele perder as eleições de 2022 em votação pelas urnas eletrônicas. Novamente, associa esse sistema à ocorrência de fraude e afirma que, nessas condições, não entregaria a faixa presidencial ao possível adversário vencedor. A partir disso, menciona diretamente o então ex-presidente Lula, seu principal adversário na disputa de 2022, e lista uma série de crimes de corrupção a ele atribuídos. Nesse sentido, passa a recategorizá-lo como *ladrão* e acusa a justiça brasileira de tê-lo inocentado por razões escusas, a fim de que pudesse concorrer às eleições presidenciais, aproveitando-se do sistema fraudulento utilizado no país. Desse modo, ataca o ex-presidente Lula, o sistema eleitoral e a própria justiça brasileira.

O terceiro bloco do plano de texto do vídeo corresponde ao encerramento, quando, na tentativa de dar cabo ao conflito instaurado em relação ao voto auditável, Bolsonaro diz que será apresentada ao Congresso proposta de emenda constitucional para a obrigatoriedade do voto impresso. Para tal, reforça a tese de que as eleições de 2022 devem adotar o voto impresso, sob a alegação de que nações como Japão e Coreia do Sul, desenvolvidas, não aceitam o voto eletrônico em seus sistemas eleitorais, por não ser absolutamente confiável. Por isso, inclusive, recategoriza-o como voto *mandrake*, no sentido de ser fraudulento. Ao final, emprega outra vez um discurso ameaçador para dizer que o Brasil poderá enfrentar sérios problemas de ordem pública, caso mantenha o sistema eletrônico nas eleições presidências de 2022. Além disso, o *estado de convulsão* poderia ser evitado com a adoção do voto impresso, defendido por Bolsonaro. É essa a configuração macroestrutural e semântica do discurso em análise. Importa, agora, considerar como as macroproposições constitutivas desses blocos se organizam na tessitura textual.

Análise do nível mesotextual

Acompanhamos Rodrigues (2022, p. 127) para dizer que “desvelar o plano de texto é mapear as sequências textuais que o estruturam”. Por isso, além de descrever a composição macroestrutural do discurso, buscamos identificar o tipo de sequência textual predominante,

bem como as sequências textuais encaixadas e as funções que exercem na tessitura textual. Importa detectar valores semânticos que delas decorrem para observar como se dá a progressão do discurso ameaçador de Bolsonaro. Diferentes tipos de sequências textuais constituem a textualidade do *corpus*. Apesar disso, distinguimos a sequência argumentativa como sendo dominante no plano de texto, mas que encaixa outras sequências – ou macroproposições constitutivas de outras sequências – ao estruturá-lo. Assim, para nossa reflexão, partimos primeiramente do funcionamento da sequência narrativa que aparece encaixada no início do texto, para, depois, focalizamos outros modelos de pré-formatagem da estrutura global.

Já no bloco de abertura do texto, identificamos a ocorrência da sequência narrativa. Conforme já explicou Adam (2011, 2019), esse tipo de sequência se constitui de uma estrutura hierárquica formada de cinco macroproposições narrativas de base [Pn] referentes a distintos momentos [m] da ação ou do evento narrado: situação inicial (antes do evento), nó (início do evento), re-ação ou avaliação (o curso do evento), desenlace (o fim do evento) e a situação final (depois do evento). O vídeo tem início com a leitura de uma matéria de jornal, que é recuperada como citação e que, em certa medida, motiva o conteúdo semântico do discurso proferido no vídeo. Trata-se de outro texto, formado por outras sequências, das quais uma macroproposição é como que encaixada no início do texto em análise. Essa macroproposição [a] funciona como a situação inicial da sequência narrativa que estrutura a zona textual de abertura do texto. O conflito é instaurado na proposição seguinte [b], quando Bolsonaro assevera que o ministro arquivou o processo jurídico que tratava sobre sua participação nos atos antidemocráticos de 19 de abril de 2020 e abriu dois outros procedimentos contra deputadas de direita. Uma relação temporal e causal é estabelecida aqui: porque arquivou o processo que envolvia Bolsonaro, Alexandre de Moraes abriu outros processos contra deputadas da base do ex-presidente. Nesse ponto, o locutor encaixa uma proposição da sequência descritiva, para recategorizar a ação do ministro: “é uma covardia o que estão fazendo [...], é uma covardia. [...] é um troco porque falei sobre voto auditável [...]”. A proposição, além de operar uma recategorização – via tematização e retematização – funciona também, na sequência narrativa, como uma avaliação do evento narrado [c]. A última macroproposição do bloco de abertura [e] funciona como o desenlace, quando diz que alguns líderes políticos estão sendo orientados a influenciarem parlamentares de seus partidos a votarem contra o voto auditável. Uma síntese dessas macroproposições do primeiro bloco do texto constitutivas da sequência narrativa é apresentada no quadro 01:

Quadro 01 - Macroproposições da sequência narrativa

Macroproposições da Seq. Nar.	Ocorrências no texto
Pn1: Situação inicial	[a]

Pn2: Nó	[b]
Pn3: Reação	[c]
Pn4: Desenlace	[e]
Pn5: Situação final	-

Fonte: Elaboração dos autores

A respeito da sequência narrativa, é importante pontuar que ela pode exercer uma dupla função. A dupla funcionalidade da sequência narrativa foi examinada por Rodrigues (2022) em texto de decisão jurídica monocrática. Também nós reconhecemos aqui que se, por um lado, a sequência narrativa apresenta o evento narrado, conforme depreendemos do emprego de verbos no pretérito perfeito, notadamente na macroproposição [b], que aponta para o aspecto perfectivo da ação e potencializa o grau de narrativização da sequência, por outro lado, também apresenta uma dimensão argumentativa, no sentido de que instaura a orientação argumentativa do texto pretendida pelo locutor. Nesse bloco de abertura, ao construir a narrativa, Bolsonaro evidencia seu ponto de vista favorável ao voto auditável, o direcionamento argumentativo que é dado ao texto nas zonas textuais seguintes. Essa tese sugerida na primeira parte do plano de texto vai sendo evidenciada nos demais blocos, como podemos observar no desenvolvimento do texto.

Os textos de visada argumentativa são caracterizados por apresentar uma estratégia programada de persuasão, isto é, organizam-se em torno de um modo de argumentar que tem o objetivo de levar o interlocutor a aderir a uma tese (Cavalcante *et al.*, 2019). No nível da organização pragmática da textualidade, esses textos se organizam em torno da sequência argumentativa (Adam, 2011, 2019). No texto, a tese anterior é inferida do bloco de abertura: os processos contra as deputadas Paula Belmonte e Aline Sleuties representam uma retaliação porque Bolsonaro defendeu o voto auditável. Ao partir dessa tese, o locutor evidencia sua posição favorável ao voto auditável e sedimenta a base para a construção de sua argumentação. Uma lista de fatos associados a essa defesa são apresentados: a democracia não tem preço [f], há recursos disponíveis [g], ausência de provas de que o voto eletrônico é confiável [h], os crimes de corrupção cometidos no Brasil [m], a liberdade de Lula para tentar a reeleição [m]. Todos esses fatos sustentam a tese defendida e levam à conclusão de que o Brasil precisa adotar o sistema de voto impresso em suas eleições. A proposição [h] é uma restrição à conclusão e se estrutura sob o formato da sequência narrativa: três ministros do STF são contrários ao voto impresso e dizem que as urnas eletrônicas são confiáveis. Entretanto, o locutor tenta superar a restrição com um argumento de comparação (outro dado): se não há provas de fraude, também não há provas de que não há fraude, ou seja, de que as urnas eletrônicas são confiáveis. Assim, alcança a conclusão de que o sistema de urnas eletrônicas é fraudável, sendo necessário adotar o voto impresso [p]. O quadro 02 representa a ocorrência dessas macroproposições no texto.

Quadro 02 - Macroproposições da sequência argumentativa

Macroproposições da Seq. Arg.	Ocorrências no texto
P.arg.0: Tese anterior	[c]
P.arg.1: Dados	[f] [g] [h] [m]
P.arg.2: Sustentação	[f] [g] [h] [m]
P.arg.4: Restrição	[h]
P.arg.3: Conclusão	[p]

Fonte: Elaboração dos autores

Essa mesma conclusão é retomada e reafirmada no terceiro bloco do plano de texto [s]. O encaminhamento disto é feito pelo locutor, ao dizer que irá apresentar ao Congresso Nacional uma alternativa confiável às eleições de 2022, o que inferimos como sendo a PEC do voto auditável. Na estrutura global do texto, essa proposição [r] parece funcionar como a situação final da sequência narrativa construída no primeiro bloco do plano de texto – ver quadro 01. Logo, vemos que as macroproposições de uma sequência podem estar dispersas nos diferentes blocos constitutivos do plano de um texto. Igualmente, o locutor acresce mais dois argumentos que dão sustentação à tese, [t] e [u]. Em [t], encontramos uma macroproposição da sequência dialogal, constituída por uma sequência fática sob a forma de pergunta retórica direcionada aos espectadores do vídeo. Encaixada na sequência argumentativa, a macroproposição reforça a tese defendida pelo locutor e convoca os interlocutores a concordarem com ela. Em [v], aparece outra vez uma proposição da sequência descritiva, que recategoriza a tese e corrobora a orientação argumentativa pretendida para o texto (Marquesi, 2017), sinalizada em [s] e demarcada em [w], [y] e [z], sequências formatadas a partir de macroproposições explicativas.

Se, de um lado, o imbricamento dessas sequências textuais confere uma unidade ao texto e determina sua orientação argumentativa, de outro, permite a progressão temática do discurso ameaçador proferido por Bolsonaro, que materializa um caso de violência social e política. Ao longo do texto, observamos a tentativa de transgressão de normas sociais e leis referentes a um sistema que permite o exercício pleno da cidadania [c], [h], [l], [p], [r], [s], [w], mundialmente reconhecido como seguro. Isso é feito em função do uso do poder investido pela posição social ocupada (presidente da República) para proferir ameaças ao sistema [f], [j], [l], [p], [q], [s], [w], [y], [z]. Esses atos de fala ameaçadores inscritos nas macroproposições das diversas sequências que compõem o texto caracterizam a violência verbal, que é favorecida pelo contexto político polarizado vivido no Brasil e pelo próprio quadro interacional do gênero, live em rede social pessoal, cujo grau de monitoramento em relação a aspectos de polidez é relativamente baixo.

Nos três blocos do plano de texto, há marcas da violência verbal. Na seção de abertura, o uso de figuras retóricas como a ironia, ao longo da sequência narrativa encaixada, sobretudo em [b] e [c], caracteriza a violência verbal polêmica (Fracchiolla *et al.*, 2013). Através de atos

performativos de agradecimento indireto dirigidos ao ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro busca assentá-lo numa situação vexatória, ao desqualificar a decisão de arquivar o processo que mencionava sua participação em atos antidemocráticos. Esse tom irônico no início do texto contribui para o aumento da tensão que se vê em seu decorrer, assinalado, inclusive, pela seleção lexical que marca atos de discurso ameaçadores, segundo vemos na seção seguinte.

Análise do nível microtextual

O micronível de análise dos textos é dividido por Adam (2022) em dois subníveis de estruturação: o nível intrafrástico de articulação morfossintática e de segmentação de frases gráficas e o nível interfrástico de articulação entre enunciados. O segundo tipo de articulação ocorre a partir de um conjunto de operações relacionadas à conectividade e coesão semânticas (anáforas e progressão referencial), à conectividade por marcas de conexão (organizadores e conectores), às ligações operadas pela materialidade significativa (gráfica, fônica, paralelismos), às ligações fundamentadas nos implícitos (não ditos), entre outras. Em particular, focalizamos aqui a operação responsável pela conectividade e coesão semânticas do texto analisado, ou seja, interessa-nos atentar às anáforas e redes referenciais de objetos de discurso que o texto propõe, a fim de observar como algumas marcas linguístico-textuais-discursivas são axiologicamente reveladoras da violência verbal que gestou e insuflou a violência física e antidemocrática de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Para tanto, avaliamos o processo de referenciação como construção de objetos de discurso a partir da categorização e recategorização ao longo do texto em um constante processo de negociação entre os interlocutores (Cavalcante *et al.*, 2019).

Para Antunes (2012, p. 178), “o léxico tem uma função significativa na estruturação do texto e na construção dos seus sentidos”. No texto aqui em análise, as escolhas lexicais são axiológicas, porque refletem os valores e a dimensão subjetiva do locutor, e dão ao texto o direcionamento argumentativo que não apenas marca enfaticamente o seu ponto de vista a respeito do voto auditável (*limpo, confiável, transparente*) em detrimento do voto eletrônico (*mandrake, fraudulento*), como também confere o tom ameaçador do discurso ([f], [j], [l], [p], [q], [y], [z]) e a sensação de hostilidade (*convulsão, problemas, problema seríssimo*) frente ao contexto político de polarização no Brasil. Nesse último caso, a seleção das palavras constrói uma gradação que se inicia com o emprego mais pretensamente neutralizado de *problema* e vai intensificando a gravidade do embaraço prenunciado com o uso do superlativo e com a substituição por *convulsão*. Essa escala reforça o argumento de que a manutenção do sistema eletrônico poderá comprometer a democracia do país em função dos agravos que pode gerar.

Observamos, também, que a construção referencial dos objetos de discurso aponta para algumas marcas da violência verbal. No bloco de abertura do plano de texto, em [b], o objeto de discurso *o ministro Alexandre de Moraes* é introduzido, a partir da ancoragem em [a], pela ocorrência dos referentes *supremo* e *STF*. Esse objeto é retomado por anáfora direta em [b] (*Ele, Alexandre, Alexandre de Moraes*) e em [c] (*Alexandre de Moraes*), por elipse em [b] e por anáfora indireta em [c] e [d] (*três ministros do Supremo*). Então, a rede referencial seguinte é construída: *supremo - STF - o ministro Alexandre de Moraes - Ele - Alexandre - Alexandre de Moraes*. O recurso da repetição enfática do nome próprio numa mesma macroproposição e em proposições imediatamente próximas dentro da sequência cumpre aqui uma função prosódica importante que assinala a matiz grosseira e irônica do discurso, marcas da violência verbal.

Ainda nesse mesmo bloco de abertura, um outro objeto de discurso chama a atenção: *abriu procedimentos contra duas deputadas*, introduzido em [b] por uma expressão predicativa. A propósito, Cavalcante (2011, p. 122) lembra que “o objeto de discurso nem sempre se explicita por uma expressão referencial”. Apesar disso, ele é imediatamente retomado na mesma macroproposição [b] por uma anáfora encapsuladora (*isso*) e em [c] por três anáforas nominais diretas (*covardia, covardia, troco*), na sequência descritiva encaixada. A construção referencial desse objeto parece acionar no texto elementos que indiciam a violência, como o insulto, ao recategorizar a ação como *covardia*, a pergunta retórica que a recategoriza como um *troco*, querendo sugerir interesses escusos na prática jurídica de Alexandre de Moraes.

No bloco de encerramento, o objeto de discurso *essas urnas que estão aí*, retomado em [s], estabelece relação anafórica indireta com o referente *um sistema fraudável de eleições*, introduzido primeiramente em [p]. Na rede referencial, esse referente e toda a proposição em que ele se encontra são recuperados por encapsulamento em [v] (*isso*) e por duas expressões nominais (*ameaça, constatação*) também em [v]. Também nesse ponto, cabe mencionar a introdução referencial do par *voto auditável-voto mandrake*, que ocorre em [w] e tem âncora em [s]. A rede referencial constrói aqui uma oposição entre o sistema de urnas eletrônicas e o voto eletrônico, de um lado, e, de outro, as eleições com urnas impressas e o voto auditável. Essa antítese também se revela na dicotomia construída entre *ameaça* e *constatação*, cujo objetivo é reforçar o argumento do texto e tentar neutralizar o grau de violência que pode supor. Esse jogo contribui para a continuidade referencial e revela as escolhas do locutor para efetivar o seu projeto de dizer. Há uma tentativa de neutralizar o ato elocutivo e o efeito de sentido de ameaça pela negação e pela oposição à expressão nominal *constatação* em operações descritivas de tematização e retematização que, de modo dinâmico, recategorizam o objeto de

discurso. Ainda assim, a impressão de ameaça à democracia do país não é anulada. O próprio percurso isotópico em que se organizam as redes referenciais do texto denunciam isto.

Há, no texto, um discurso de ameaça que é textualmente construído e anunciado. Com efeito, supomos que o estado de convulsão anunciado textualmente nesse discurso de Bolsonaro por meio de atos ilocucionários ameaçadores inscritos nas escolhas referenciais por ele operadas teve implicações nos ataques terroristas ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023, em Brasília. As manifestações antidemocráticas empreendidas após o resultado das eleições de 2022 fundaram-se exatamente no argumento de que as eleições haviam sido fraudadas graças às fragilidades do sistema de urnas eletrônicas. A crônica anunciada do estado de convulsão no Brasil tornou-se real quando inúmeros manifestantes invadiram as casas dos três poderes e cometeram atos terroristas contra o Estado e a democracia. Portanto, o discurso marcado linguisticamente pela violência verbal, que contestava a legitimidade do voto eletrônico, em confluência com outros discursos agressivos, parece ter gestado os ataques de 08 de janeiro de 2023.

Considerações finais

Neste artigo, partimos da hipótese de que os atos antidemocráticos praticados contra as sedes dos três poderes brasileiros, em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023, foram precedidos de um discurso ameaçador e que incitava a disseminação de atitudes violentas produzido pela extrema-direita. A fim de examinar esta hipótese em dados empíricos, selecionamos para análise um discurso proferido pelo ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e buscamos analisá-lo do ponto de vista da sua organização textual para perceber como o fenômeno da violência verbal se inscreve na textualidade. Nossa decisão metodológica priorizou uma análise do tipo descendente, mas que levou em conta o contexto mais amplo de produção e a situação imediata de enunciação, já que procedemos a uma análise co(n)textual dos sentidos do texto.

Em um nível macrotextual, reafirmamos a necessidade de considerar cada plano de texto como empreendimento textual singular, que revela as intenções argumentativas de seu produtor, percebidas, inclusive, na configuração estrutural do texto. No texto em análise, verificamos que sua organização em três partes favorece a construção de um todo unificado, que permite ao interlocutor perceber o discurso como texto e compreendê-lo. Ainda que essas partes não se encontrem demarcadas pelo locutor por semioses gráficas, já que se trata de um texto oral, o analista, ou o interlocutor, consegue delimitá-las em função de sua competência textual e de marcas textuais (processos referenciais, organizadores e conectivos textuais, escolhas lexicais etc.) e prosódicas. É nesse ponto que, tal como Matilde e Jorge (2019), reforçamos o plano de texto como ferramenta que pode ser colocada a serviço da compreensão dos textos.

Relativo ao nível mesotextual, distinguimos a presença da sequência argumentativa como predominante na estruturação do plano de texto do discurso de Bolsonaro, ainda que outros tipos de sequências, ao serem encaixadas, cumpram importantes funções no projeto persuasivo do texto, sobretudo quando permitem sinalizar o matiz ameaçador do discurso, como ocorre nas sequências descritiva e narrativa. Por sua vez, no micronível, ainda que tenhamos nos dedicado às operações de continuidade e coesão semânticas, a partir do exame do funcionamento dos processos referenciais do texto, pudemos observar que a violência verbal, sendo um fenômeno sociodiscursivo, é textualmente construída, principalmente a partir do léxico empregado e dos arranjos de conectividade e coesão semânticas empreendidos no texto. Nesse ponto, os resultados confirmam a nossa hipótese de que a violência verbal é constitutiva de discursos de ódio ou de ameaça, que incitam violência, prenunciam-na e a tornam real.

Referências

ADAM, J-M. **A noção de texto**. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues; João Gomes da Silva Neto; Luís Passeggi. Natal: EDUFRN, 2022.

ADAM, J-M. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual. **Letra Magna**, São Paulo, n. 27, p. 1-38, 2021.

ADAM, J-M. **Textos**: tipos e protótipos. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, J-M. **A Linguística Textual**: Introdução à Análise Textual dos Discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, I. **O território das palavras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

AUGER, N.; MOÏSE, C. Violence verbale, malentendu ou mésentente. *In*: Colloque du Département de Français. **Actes [...]**. Sousse: Université de Sousse, 2004. p. 293-302.

CABRAL, A. L. T. O conceito de plano de texto: contribuições para o processo de planejamento da produção escrita. **Linha d'Água**, v. 26, n. 2, p. 241, 2013.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M.; *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **(Con)textos Linguísticos**. v. 13, n. 25, p. 25-29, 2019.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COUTINHO, M. A. **Texto(s) e competência textual**. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 2003.

CHARAUDEAU, P. Reflexões para análise da violência verbal. **Desenredo**, v. 15, n. 3, p. 443-476, 2019.

FRACCHIOLLA, B. *et al.* **Violences verbales**. Rennes: Presses Universita de Rennes, 2013.

MARQUESI, S. C. Planos de texto, interação e sequências textuais dialogais: interfaces no ensino remoto. **Revista Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 41, jul. 2022.

MARQUESI, S. C.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. G. S. Organização textual, enunciação e argumentação voltadas para o estudante usuário da web. **Investigações**. v. 35, n. especial, p. 1-35, 2022.

MARQUESI, S. C. Procedimentos analíticos da ATD e produção escrita. *In*: GOMES, A. T. *et al.* (org.). **Análise Textual dos Discursos**. Coimbra: Grácio Editor, 2018.

MARQUESI, S. C. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas e progressão textual em foco. *In*: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; ELIAS, V. M.; LINS, M. (org.). **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador. 2017.

MARQUESI, S. C.; ELIAS, V. M. S.; CABRAL, A. L. T. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. *In*: MARQUESI, S. C; PAULIUKONIS, A. L; ELIAS, V. M. (org.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MOÏSE, C. **Violence verbale, fulgurances au quotidien**. Montpellier: CRDP de l' Académie de Montpellier, 2012.

RODRIGUES, M. G. S. Decisão monocrática do STF - combate ao desmatamento da floresta amazônica - dispositivos textuais, enunciativos e discursivos. **Revista Latino-americana de Estudos do Discurso**, v. 22, n. 01, p. 182-201, 2022.

RODRIGUES, M. G. S.; MARQUESI, S. C. Chegou-se a uma posição de certeza de que não há perigo ambiental? **Revista FIDES**, v. 12, n. 1, p. 19-40, set. 2021.

SEARA, I. R. Violência verbal nos discursos político e mediático contemporâneos: da dicotomização ao insulto. **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 28, n. 4, 2020, p. 1507-1518.

Sobre os autores

Sueli Cristina Marquesi (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8792-0699>)

Professora Titular do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia da PUC-SP. Doutora em Linguística Aplicada, com pós-doutorados em Linguística nas Universidade do Porto (Portugal) e de Lausanne (Suíça). Atua no Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa e no curso de Letras, do qual é coordenadora. É líder do Grupo de Pesquisa Texto, Escrita e Leitura (CNPq-PUC-SP).

Ananias Agostinho da Silva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5442-5133>)

Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Doutor em Estudos da Linguagem. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ensino e no curso de Letras. É líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto (GPELT).

Recebido em junho de 2023.

Aprovado em setembro de 2023.